



Domingo, 08 de Junho de 2025

Na Comissão de Ética, Maysa Leão rebate Edna Sampaio e nega fazer parte de extremismos, que articula 'golpe'

REDAÇÃO

A vereadora Maysa Leão (Republicanos) usou seu momento de fala na Comissão de Ética para “lavar a roupa suja” com a vereadora Edna Sampaio (PT), que está sendo processada pela acusação de “rachadinha”. A vereadora petista prestou depoimento nesta quarta-feira (28).

Segundo Maysa, Edna usou as redes sociais para ataques gratuitos, pelo simples fato dela estar participando das oitivas. “Falo com ela (Edna) olhando nos olhos. Fiz perguntas na primeira oitiva e fiquei estarecida. E a senhora, sua rede social, disse que eu faço parte de um golpe da extrema direita, do qual sou direcionada pelos vereadores Dilemário e Michely Alencar. Isso é uma mentira, eu não faço parte de grupos de extremo nada, nem direita nem esquerda, isso não faz parte da minha criação, nem da minha conduta de vida”, disse Leão.

O julgamento com depoimento da vereadora foi transmitido ao vivo pelas redes sociais, com participação da sociedade. Nela, Maysa afirmou que é uma cuiabana de 43 anos, com 15 de vida pública, onde nunca foi processada.

“Então quando a senhora vai em sua rede social dizer que faço parte de um grupo de extrema direita para destruí-la, a senhora está mentindo publicamente e achincalhando o meu nome. Eu nunca fiz isso com a senhora, a primeira vez que citei a senhora nas minhas redes sociais foi para responder esses ataques e eu não queria fazer isso”, pontua Maysa.

Edna Sampaio é investigada por um suposto esquema de “rachadinha” depois que vieram à tona na imprensa, a denúncia da ex-funcionária informando que era obrigada a devolver a verba indenizatória de R\$ 5 mil, que pertencia a ela, para supostamente ajudar a arcar com as despesas de gabinete. A ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, também prestou depoimento na comissão confirmou que o marido de Edna, William Sampaio, era quem coordenava a gestão do dinheiro. O cônjuge da parlamentar não tem ligação com o gabinete.

Laura também foi demitida das funções grávida, o que gerou um processo contra a Câmara, que teve que pagar R\$ 70 mil de indenização para a trabalhadora.